



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO

009. PROVA OBJETIVA

AGENTE TÉCNICO – ARQUITETO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a charge para responder às questões de números 01 e 02.



(www.chargeonline.com.br. Adaptado)

01. Tendo como referência a norma-padrão da língua portuguesa, a lacuna na fala da personagem deve ser preenchida com

- (A) inexistia
- (B) não se viu
- (C) não haviam
- (D) faltaram
- (E) estava ausentes

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 08.

Na Flip, como na Copa

RIO DE JANEIRO – Durante entrevista na Festa Literária Internacional de Paraty deste ano, o cantor Gilberto Gil criticou as arquibancadas dos estádios brasileiros em jogos da Copa das Confederações.

Poderia ter dito o mesmo sobre a plateia da Tenda dos Autores, para a qual ele e mais de 40 outros se apresentaram. A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa: classe média alta.

Na Flip, como nas Copas por aqui, pobre só aparece “como prestador de serviço”, para citar uma participante de um protesto em Paraty, anteontem.

Como lembrou outro dos convidados da festa literária, o mexicano Juan Pablo Villalobos, esse cenário é “um espelho do que é o Brasil”.

(Marco Aurélio Canônico, Na Flip, como na Copa. *Folha de S.Paulo*, 08.07.2013. Adaptado)

02. No texto e na charge, está inscrita uma crítica

- (A) à qualidade dos serviços prestados pelos funcionários das obras, seja na Flip seja para a Copa.
- (B) à publicidade exagerada para que as pessoas menos favorecidas usufruam os bens culturais sociais.
- (C) à ausência de pessoas menos favorecidas como cidadãos participantes dos eventos esportivos no Brasil.
- (D) à organização dos eventos literários e esportivos que gastam além da conta com as obras.
- (E) ao pouco empenho que as pessoas no Brasil fazem para vivenciar a agenda cultural nacional.

03. Nas palavras do mexicano Juan Pablo Villalobos, fica evidente que o Brasil é um país em que

- (A) as diferenças sociais ainda são bastante acentuadas.
- (B) o repúdio às diferenças não ecoa na voz dos artistas.
- (C) as desigualdades sociais são pouco percebidas.
- (D) o esporte funciona como minimizador das diferenças.
- (E) a cultura esportiva é mal vista pela classe média alta.

Para responder às questões de números 04 e 05, considere a frase final do texto:

... esse cenário é “um **espelho** do que é o Brasil”.

04. O termo **espelho** está empregado em sentido

- (A) figurado, significando qualidade.
- (B) próprio, significando modelo.
- (C) figurado, significando advertência.
- (D) próprio, significando símbolo.
- (E) figurado, significando reflexo.

05. No trecho, usam-se as aspas para

- (A) marcar o discurso indireto.
- (B) indicar a fala irônica do autor.
- (C) introduzir o discurso direto.
- (D) suavizar o sentido do enunciado.
- (E) marcar pejorativamente o enunciado.

06. Observe as passagens textuais:

Na Flip, **como** nas Copas por aqui... (3.º parágrafo)

Como lembrou outro dos convidados da festa literária... (4.º parágrafo)

Conforme o contexto em que estão empregados, os termos em destaque remetem, correta e respectivamente, ao sentido de

- (A) causa e comparação.
- (B) comparação e conformidade.
- (C) conformidade e causa.
- (D) consequência e comparação.
- (E) condição e causa.

Considere o 2.º parágrafo do texto para responder às questões de números **07** e **08**:

Poderia ter dito o mesmo sobre a plateia da Tenda dos Autores, para a qual ele e mais de 40 outros se apresentaram. A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa: classe média alta.

07. Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho está correta quanto à regência e ao uso ou não do acento indicativo da crase, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Poderia ter dito o mesmo em relação à plateia da Tenda dos Autores, em cuja ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário afigura-se muito a dos eventos Fifa.
- (B) Poderia ter dito o mesmo em relação a plateia da Tenda dos Autores, aonde ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário parece-se muito a dos eventos Fifa.
- (C) Poderia ter dito o mesmo em relação à plateia da Tenda dos Autores, que ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário assemelha-se muito na dos eventos Fifa.
- (D) Poderia ter dito o mesmo em relação a plateia da Tenda dos Autores, de que ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário parece muito com a dos eventos Fifa.
- (E) Poderia ter dito o mesmo em relação à plateia da Tenda dos Autores, na qual ele e mais de 40 outros estiveram presentes. A audiência do evento literário assemelha-se muito à dos eventos Fifa.

08. Conforme os sentidos do texto, eliminando-se o sinal de dois-pontos, a frase final do parágrafo admite a seguinte redação:

- (A) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, talvez, classe média alta.
- (B) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, qual seja, classe média alta.
- (C) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, até mesmo classe média alta.
- (D) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, no entanto, classe média alta.
- (E) A audiência do evento literário lembra muito a dos eventos Fifa, ainda que classe média alta.

Para responder às questões de números **09** e **10**, leia o texto.

A Justiça determinou, no início da noite de ontem, a suspensão da construção do viaduto sobre as avenidas Antônio Sales e Engenheiro Santana Júnior, pela Prefeitura de Fortaleza. A decisão suspendeu também os cortes das árvores do Parque do Cocó para a execução da obra. Antes mesmo da decisão, também na noite de ontem, o Município **já** havia se pronunciado, por meio da assessoria de comunicação, afirmando compromisso de suspender as obras, **devido** a questionamento da Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

(www.opovo.com.br, 23.07.2013. Adaptado)

09. Os termos “já” e “devido”, em destaque, conforme o contexto em que estão empregados, expressam, correta e respectivamente, sentido de

- (A) tempo e comparação.
- (B) modo e consequência.
- (C) afirmação e comparação.
- (D) tempo e causa.
- (E) afirmação e condição.

10. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o tempo verbal composto em – havia se pronunciado – equivale a

- (A) se pronunciará.
- (B) se pronuncia.
- (C) se pronunciava.
- (D) se pronunciou.
- (E) se pronunciará.

11. Leia a charge.



Na charge, o efeito de humor decorre de

- (A) uma relação de oposição entre os termos “médico” e “Cuba”.
- (B) uma resposta sem sentido sobre o que foi perguntado.
- (C) um termo empregado em sentido figurado: “Cuba”.
- (D) um trocadilho com os termos “Cuba” e “incubadora”.
- (E) um termo fora do contexto da conversa: “incubadora”.

Leia o texto para responder às questões de números 12 a 15.

Barreira da língua

A barreira da língua e dos regionalismos parece um mero detalhe em meio a tantas outras questões mais sérias já levantadas, como a falta de remédios, de equipes e de infraestrutura, mas não é.

Como é possível estabelecer uma relação médico-paciente, um diagnóstico correto, se o médico não compreende o paciente e vice-versa?

Sim, essa dificuldade já existe no Brasil mesmo com médicos e pacientes falando português, mas ela só tende a piorar com o “portunhol” que se vislumbra pela frente.

O ministro da Saúde já disse que isso não será problema, que é mais fácil treinar um médico em português do que ficar esperando sete ou oito anos até um médico brasileiro ser formado.

Experiências internacionais, porém, mostram que não é tão fácil assim. Na Alemanha, mesmo com a exigência da proficiência na língua, um estudo constatou atraso de diagnósticos pelo fato de o médico estrangeiro não conseguir entender direito os sintomas de pacientes.

Além disso, há queixa dos profissionais alemães, que se sentem sobrecarregados por terem de atuar como intérpretes dos colegas de fora.

Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é tempo suficiente para isso.

(Cláudia Collucci, Barreira da língua. *Folha de S.Paulo*, 03.07.2013. Adaptado)

12. No texto, a autora argumenta que, no Brasil,

- (A) o bom senso tem dominado quando se trata da saúde das pessoas, pois os médicos, na maioria das vezes, esforçam-se por uma boa comunicação.
- (B) as dificuldades de comunicação entre pacientes e médicos já são flagrantes e tenderão a intensificar-se com a chegada dos profissionais estrangeiros.
- (C) os profissionais atuam de forma distinta do que se vê nas experiências internacionais, o que concorre para um atendimento mais rápido e eficiente.
- (D) a proficiência da língua é uma questão secundária, uma vez que aqui, normalmente, utilizam-se subterfúgios de comunicação, como o “portunhol”.
- (E) a comunicação é bastante precária, porque normalmente os médicos acabam por não se preocupar com as questões de saúde da população.

13. Ao citar a experiência da Alemanha, a autora pretende

- (A) minimizar problemáticas advindas de eventuais contratempos de comunicação dos estrangeiros.
- (B) mostrar que a barreira linguística, problema em outros países, inexistente no Brasil.
- (C) ironizar as considerações do ministro e enfatizar a importância dos médicos estrangeiros.
- (D) justificar a relevância da perspectiva do ministro da Saúde sobre os direitos da população.
- (E) relativizar o ponto de vista do ministro da Saúde sobre a questão do domínio da língua.

14. No trecho – ... essa dificuldade já existe no Brasil **mesmo** com médicos e pacientes falando português... – (3.º parágrafo), o termo em destaque assume o sentido de

- (A) dúvida e equivale a “talvez”.
- (B) afirmação e equivale a “realmente”.
- (C) inclusão e equivale a “também”.
- (D) intensidade e equivale a “inclusive”.
- (E) oposição e equivale a “apesar de”.

15. Considere o parágrafo final do texto:

Nada contra a vinda dos estrangeiros, desde que estejam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, porém, se três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é tempo suficiente para isso.

Mantendo-se os sentidos originais, ele está corretamente reescrito de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Nada contra a vinda dos estrangeiros, se estiverem aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, no entanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso?
- (B) Nada contra a vinda dos estrangeiros, caso estão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, todavia: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficientes para isso?
- (C) Nada contra a vinda dos estrangeiros, quando estarão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, portanto: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficientes para isso?
- (D) Nada contra a vinda dos estrangeiros, mas estariam aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, apesar disso: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, é suficiente para isso.
- (E) Nada contra a vinda dos estrangeiros, pois estarão aptos para o trabalho. Tenho dúvidas, por conseguinte: três semanas de treinamento, como aventou o ministro, são suficientes para isso.

16. A imagem a seguir, retirada do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, mostra opções exibidas ao passar o *mouse* sobre a seta ao lado do botão desligar no menu iniciar.



Selecionar a opção “Trocar usuário” permite

- (A) alternar usuários sem fechar os programas da sessão atual.
 - (B) trocar a senha do usuário da sessão atual.
 - (C) trocar as propriedades do usuário da sessão atual.
 - (D) criar um novo usuário para o Windows.
 - (E) criar uma nova senha para o usuário da sessão atual.
17. A figura a seguir mostra um documento sendo editado no MS-Word 2010, em sua configuração padrão.

Tinha uma pedras no meio do caminho.

E dois cachoros ao lado da pedra.

Assinale a alternativa correta em relação aos recursos de verificação ortográfica e gramatical do MS-Word 2010 aplicados aos trechos “uma pedras” e “cachoros”.

- (A) O trecho “uma pedras” será marcado em vermelho. E o trecho “cachoros” será marcado em verde.
 - (B) Ambos os trechos serão marcados em verde.
 - (C) O trecho “uma pedras” será marcado em verde. E o trecho “cachoros” será marcado em vermelho.
 - (D) Ambos os trechos serão marcados em vermelho.
 - (E) O trecho “uma pedras” será marcado em vermelho por ser um erro de ortografia.
18. A figura a seguir mostra uma planilha sendo editada no MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	2	5	6
2	8	2	2
3	1	2	3
4			

A célula A4 será preenchida com a fórmula =SE(C1>2;5;3). Depois, a célula B4 será preenchida com a fórmula =SE(C2>2;5;3).

Depois, a célula C4 será preenchida com a fórmula =A4+B4.

Assinale a alternativa que contém o valor correto exibido na célula C4.

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 6
- (D) 8
- (E) 10

19. O ícone exibido a seguir foi retirado do grupo Fonte da guia Página Inicial do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão.



O ícone exibido permite

- (A) acionar o antivírus no *slide* atual.
 - (B) ajustar o espaçamento entre caracteres.
 - (C) acionar o antivírus em todos os *slides*.
 - (D) centralizar os objetos do *slide*.
 - (E) inserir um objeto de vídeo no *slide* atual.
20. Um usuário do MS-Windows 7 navega na internet por meio do Internet Explorer 9, ambos em configuração padrão. Ao clicar com o botão direito (com o *mouse* configurado para destros) sobre um *link* de uma página, uma das opções exibidas permite abrir o *link* em uma nova guia. Usar a opção para abrir em nova guia _____.
- Assinale a alternativa que completa o enunciado corretamente.
- (A) fechará a janela atual do Internet Explorer
 - (B) abrirá uma nova janela do Internet Explorer
 - (C) criará uma nova guia dentro da janela atual do Internet Explorer
 - (D) abrirá uma nova guia dentro de uma nova janela do Internet Explorer
 - (E) criará uma nova janela dentro da guia atual do Internet Explorer

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Assinale a alternativa correta a respeito da concessão dos serviços públicos.
- (A) O poder concedente transfere ao concessionário a execução do serviço e a sua titularidade.
 - (B) A concessão, em regra, é feita por meio de licitação, podendo ser nas modalidades da concorrência ou tomada de preços, admitindo-se ainda, em alguns casos, a dispensa de licitação.
 - (C) A remuneração do serviço público é feita por meio da tarifa e tem a natureza de preço público.
 - (D) A responsabilidade do concessionário por prejuízos causados a terceiros em decorrência da execução do serviço público é subjetiva.
 - (E) Quando a concessão revelar-se contrária ao interesse público, ela deverá ser rescindida unilateralmente pelo poder concedente sem indenização ao concessionário.
22. A respeito das entidades da Administração Indireta, é correto afirmar que é uma regra comum a todas elas:
- (A) têm legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública.
 - (B) possuem personalidade jurídica de direito público.
 - (C) possuem juízo privativo tanto na Justiça Federal quanto na Estadual.
 - (D) estão sujeitas à falência.
 - (E) seus bens são impenhoráveis.
23. Sobre as agências reguladoras, é correto afirmar que
- (A) seus dirigentes são nomeados em cargo de confiança e podem ser exonerados *ad nutum*.
 - (B) seus servidores são submetidos ao regime jurídico de trabalho celetista.
 - (C) as decisões das agências devem ser referendadas pelo respectivo chefe do Poder Executivo.
 - (D) as decisões proferidas pelas agências são em caráter definitivo, não podendo ser questionadas no Poder Judiciário.
 - (E) estão sujeitas à tutela ou controle administrativo exercido pelo Ministério a que se encontram vinculadas.
24. Assinale a alternativa que contempla os dois tipos de contratos que podem ser firmados pelos entes consorciados, conforme expressamente previsto na Lei n.º 11.107/2005.
- (A) De rateio e de convênio.
 - (B) De programa e de rateio.
 - (C) De gestão e de gerenciamento.
 - (D) De parceria e de gestão.
 - (E) De administração e de gerenciamento.

25. João da Silva foi legalmente nomeado para ingressar no serviço público por meio de um vínculo contratual regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Isso significa que João da Silva
- (A) foi contratado para assumir um cargo público na Administração Direta.
 - (B) foi obrigatoriamente contratado para ocupar um cargo no serviço público por tempo determinado.
 - (C) foi contratado para assumir um cargo público efetivo na Administração Indireta.
 - (D) foi contratado para assumir um emprego público.
 - (E) foi contratado para ocupar um cargo público em comissão.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

26. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o acesso a informações públicas é um direito fundamental garantido a todos os cidadãos, o qual, no entanto, pode ser restringido na seguinte hipótese prevista, expressamente, no texto constitucional:
- (A) quando o sigilo da informação for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (B) quando necessário manter o sigilo para preservação da intimidade e da vida privada.
 - (C) quando o sigilo da informação for imprescindível à segurança pública e de interesse da administração pública.
 - (D) se a divulgação da informação puder potencialmente causar prejuízo aos interesses de setores estratégicos da administração do Estado.
 - (E) se a informação solicitada revelar dados particulares de altas autoridades do governo federal, estadual ou municipal.
27. Assinale a alternativa correta a respeito das ações constitucionais.
- (A) São gratuitas as ações de *habeas corpus* e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
 - (B) No ajuizamento do *habeas data*, salvo comprovada má-fé, o autor ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - (C) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político ou associação, desde que legalmente constituídos e em funcionamento há pelo menos um ano.
 - (D) É cabível o mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - (E) Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

28. O Estado do Espírito Santo edita lei estabelecendo penalidades em virtude de responsabilidade por dano ao meio ambiente. Considerando a repartição constitucional de competências entre os entes da Federação brasileira, pode-se afirmar que a referida lei é
- (A) constitucional, uma vez que legislar sobre essa matéria é de competência privativa dos Estados.
 - (B) constitucional, desde que não conflite com norma geral da União sobre a mesma matéria, considerando que esta é de competência legislativa concorrente.
 - (C) inconstitucional, pois a matéria disciplinada pela lei em referência é de competência legislativa privativa da União.
 - (D) inconstitucional, posto que não compete aos Estados impor penalidades em matéria ambiental.
 - (E) constitucional, apenas na hipótese de não haver norma da União disciplinando a mesma matéria.
29. A Constituição Federal veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime próprio de previdência dos servidores públicos, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos, entre outros, de servidores
- (A) que exerçam o magistério na educação básica e no ensino superior.
 - (B) da administração fazendária e seus servidores fiscais.
 - (C) de carreira do Estado.
 - (D) pertencentes aos quadros do Ministério Público e da Magistratura.
 - (E) portadores de deficiência.
30. Considerando o disposto na Carta Magna brasileira a respeito da Ordem Social, assinale a alternativa correta.
- (A) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito privado ou convênio, tendo preferência as entidades que já recebiam subsídios governamentais.
 - (B) A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, devendo a comercialização ser disciplinada por lei federal, exclusivamente, para fins científicos.
 - (C) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
 - (D) É obrigatório aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
 - (E) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos assentamentos de colonos e aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios.
31. Segundo a lei que regulamenta os planos de carreiras dos servidores administrativos do Ministério Público do Espírito Santo, o grupo operacional administrativo é formado pelas carreiras e cargos que especifica. A Carreira Técnica Operacional inclui os cargos de Agente de
- (A) Apoio, Agente de Inspeção e Agente Técnico.
 - (B) Promotoria, Agente de Apoio e Agente Consultivo.
 - (C) Promotoria, Agente Técnico e Agente Especializado.
 - (D) Gabinete, Agente de Promotoria e Agente de Apoio.
 - (E) Gabinete, Agente de Secretaria e Agente Especializado.
32. Considerando as disposições da lei que disciplina o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa que corretamente traduz uma situação na qual o servidor poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo.
- (A) Por dois dias consecutivos, para apresentação obrigatória em órgão militar.
 - (B) Por um dia, a cada seis meses, para doação de sangue.
 - (C) Por até cinco dias consecutivos, por motivo de casamento.
 - (D) Por cinco dias consecutivos, por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, filhos ou irmãos.
 - (E) Por até dez dias consecutivos, para prestação de concurso público.
33. De acordo com a lei que disciplina a matéria, no Estado do Espírito Santo, a reinvestidura do servidor público estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, transitada em julgado, com pleno ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens permanentes, denomina-se
- (A) reintegração.
 - (B) aproveitamento.
 - (C) recondução.
 - (D) ascensão.
 - (E) reversão.

34. Após cada decêndio ininterrupto de efetivo exercício prestado à administração direta, às autarquias e fundações do Estado do Espírito Santo, o servidor público em atividade terá direito a um adicional de assiduidade, em caráter permanente, a um percentual sobre o vencimento básico do cargo, respeitado o limite estabelecido em lei, correspondente a
- (A) 2%.
 - (B) 3%.
 - (C) 5%.
 - (D) 7%.
 - (E) 10%.
35. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida mediante controle externo e pelo sistema de controle interno. Os controles externo e interno são exercidos, respectivamente, pelo Poder
- (A) Judiciário e pela Assessoria de Controle Interno.
 - (B) Legislativo e Assessoria de Controle Interno.
 - (C) Executivo e Procurador-Geral de Justiça.
 - (D) Legislativo e Comissão integrada por servidores do Ministério Público.
 - (E) Executivo e Comissão integrada por membros do Ministério Público.
36. Em conformidade com a lei que rege a licitação, toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais, é considerada
- (A) obra.
 - (B) serviço.
 - (C) compra.
 - (D) tarefa.
 - (E) empreitada.
37. É modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias. A referida modalidade corresponde ao conceito de
- (A) concorrência.
 - (B) tomada de preços.
 - (C) convite.
 - (D) leilão.
 - (E) concurso.
38. Determina, expressamente, a Lei n.º 8.666/93 que os contratos administrativos por ela disciplinados regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, as disposições do direito privado e os princípios da
- (A) especialização.
 - (B) capacidade contributiva.
 - (C) teoria geral dos contratos.
 - (D) teoria específica dos contratos públicos.
 - (E) motivação.
39. Dentre outras hipóteses previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, compreende-se como renúncia de receita
- (A) a concessão de isenção em caráter geral.
 - (B) a concessão de imunidade.
 - (C) a alteração de alíquota que implique em redução do imposto de importação.
 - (D) o crédito presumido.
 - (E) o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao respectivo custo de cobrança.
40. A assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens ou serviços, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada e equipara-se a
- (A) refinanciamento da dívida.
 - (B) restos a pagar.
 - (C) operação de crédito.
 - (D) dívida pública consolidada.
 - (E) dívida pública mobiliária.

41. Sobre a Projeção Cilíndrica Transversa de Mercator, está correto afirmar que
- (A) existem três tipos: secante, tangente e transversa.
 - (B) os meridianos e paralelos são linhas retas, com exceção do meridiano de tangência e do Equador.
 - (C) é utilizada no SISTEMA UTM – Universal Transversa de Mercator – desenvolvido durante as Guerras Santas do Século XVI.
 - (D) é utilizada no SISTEMA UTM, em que o mundo é dividido em 60 fusos, sendo que cada um se estende por 6.º de longitude.
 - (E) é o sistema mais preciso para cartografias polares.
42. Considerando o processo de estruturação do espaço urbano que ocorre nas cidades brasileiras contemporâneas, pode-se afirmar que
- (A) os interesses públicos locais definem o modelo de desenvolvimento econômico, sendo o desenvolvimento social uma resultante do processo, portanto a segregação socioespacial é resultante do conflito entre as diferentes instâncias federativas.
 - (B) os interesses contraditórios, dos diferentes grupos sociais, costumam intervir no processo de estruturação espacial, com o mesmo poder político e econômico, garantindo assim a cidade para todos.
 - (C) os interesses contraditórios, dos diferentes grupos sociais, costumam intervir no processo de estruturação espacial com poder político desigual, resultando em cidades com altos índices de desigualdade e segregação.
 - (D) os interesses dos proprietários do solo urbano e industriais são indutores do processo de desenvolvimento urbano, cabendo a eles estabelecer as condições para a estruturação espacial e garantindo assim o direito à cidade para todos.
 - (E) apesar dos interesses contraditórios, do setor público e privado, o processo de estruturação espacial resulta em uma cidade para todos quando existe um desenvolvimento econômico, independente de seu modelo.
43. A respeito do conceito de localização do espaço intraurbano, é correto afirmar que
- (A) a localização na cidade é estabelecida por critérios de *marketing* urbano, independente de outros fatores.
 - (B) a localização no espaço intraurbano é apresentada como valor de uso produzido, entretanto isto só ocorre em cidades com mais de 500 mil habitantes.
 - (C) a localização é apresentada como o grande valor de uso produzido pelas aglomerações urbanas, embora não específico delas.
 - (D) o valor de uso da localização se caracteriza pelas possibilidades das diferentes rendas gerarem a mais valia do solo urbano garantindo, assim, o direito à cidade.
 - (E) a lógica da localização no espaço intraurbano é estruturada pelo controle do tempo de deslocamento das mercadorias.
44. Um município brasileiro, localizado em região de relevo bastante acentuado, tem seus limites administrativos coincidentes com a bacia hidrográfica. É correto afirmar que, do ponto de vista ambiental, seria uma boa prática urbanística
- (A) ocupar as áreas de várzea, as áreas de nascente e a meia encosta, independente das condições topográficas.
 - (B) não ocupar as áreas de preservação permanente e estruturar a ocupação urbana em áreas com condições topográficas favoráveis à urbanização.
 - (C) preservar as meias encostas e estruturar a ocupação urbana em áreas atualmente ocupadas pelos corpos hídricos secundários e suas adjacências.
 - (D) estruturar a ocupação urbana próxima de suas nascentes para facilitar a captação de água, independente das condições topográficas.
 - (E) estruturar a ocupação urbana próxima do corpo hídrico principal, para facilitar despejo do esgoto, sem necessidade de tratá-lo, uma vez que a adução se fará por meio das nascentes localizadas em cotas mais altas.
45. Assinale a alternativa correta referente a conceitos e métodos contemporâneos de drenagem urbana.
- (A) Drenagem urbana é um assunto que deve ser tratado exclusivamente no âmbito técnico da engenharia. As soluções que incorporam a dinâmica social já evidenciaram o aumento da problemática ambiental.
 - (B) Drenagem urbana é o termo utilizado para mecanismos de escoamento da água pluvial. Os mecanismos de infiltração no solo não são considerados como solução técnica.
 - (C) A solução para as enchentes nas cidades brasileiras consiste na remoção da população das áreas de várzeas.
 - (D) O aumento de vazão causado pela urbanização tem como única solução sua transferência para jusante.
 - (E) Deve-se priorizar a recuperação da infiltração natural da bacia, visando à redução dos impactos ambientais.
46. É correto afirmar que o parcelamento do solo urbano é regulamentado por lei(s)
- (A) federal e é aprovado na instância estadual, independente de sua dimensão.
 - (B) que estão submetidas ao direito do proprietário, podendo este definir as porções a serem doadas como espaço público.
 - (C) federal e municipal, cabendo à esfera municipal definir as quantidades de áreas públicas a serem doadas.
 - (D) federal que especifica as porcentagens de áreas públicas a serem doadas para vias, áreas verdes e áreas institucionais.
 - (E) federal e municipal, sendo que a lei federal veta que a definição das porcentagens de áreas públicas a serem doadas para vias, áreas verdes e áreas institucionais seja feita baseada em densidade populacional planejada.

47. Sobre a diferença básica entre o loteamento e o desmembramento, assinale a alternativa correta.
- (A) No desdobramento há o aproveitamento do sistema viário existente, sem a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento ou modificação dos já existentes.
- (B) O desdobramento é o processo de união de lotes definidos pelo loteamento.
- (C) No desdobramento há o aproveitamento do sistema viário existente, podendo haver abertura de novas vias e logradouros públicos menores que 30% do total da área.
- (D) No loteamento há o aproveitamento do sistema viário existente, sem a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- (E) No loteamento segue-se a legislação de parcelamento e, no desmembramento, necessita-se de uma permissão especial do poder local.
48. O sistema de transporte urbano considera a malha viária urbana para a sua estruturação. A respeito desse tema, é correto afirmar que
- (A) o sistema de transporte público independe de outros fatores como, por exemplo, o tipo de uso do solo e densidades.
- (B) o sistema de transporte público, para se estruturar, necessita considerar diferentes fatores como, por exemplo, centralidades e distribuição da oferta de empregos.
- (C) caso a malha viária urbana esteja bem estruturada, consequentemente será bem estruturado o sistema de transporte público.
- (D) caso o sistema de transporte público esteja bem estruturado, consequentemente será bem estruturada a malha viária urbana.
- (E) o investimento público, na estruturação da malha viária, diminui a necessidade de investimento no sistema de transporte público.
49. Com relação à circulação e ao tráfego urbano, é correto afirmar que os congestionamentos observados hoje nas grandes cidades se agravam por conta
- (A) do aumento da quantidade de ônibus circulando em vias segregadas.
- (B) da falta de normas para a circulação de caminhões.
- (C) da falta de investimento no transporte público e coletivo.
- (D) do crescimento descontrolado das indústrias.
- (E) da dispersão da oferta de emprego sobre o território urbano.
50. É obrigatória a previsão de áreas para habitação de interesse social, por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido por ocasião
- (A) do aumento do perímetro urbano.
- (B) do recebimento de qualquer recurso destinado à habitação de outra instância federativa.
- (C) da implantação de empreendimentos no Programa Minha Casa Minha Vida.
- (D) da existência de *déficit* habitacional acima de 25%.
- (E) da desafetação de glebas públicas dentro de operações urbanas.
51. Sobre um lote urbano incidem os seguintes índices urbanísticos: a taxa de ocupação é de 50%, e o coeficiente de aproveitamento é igual a 4 (quatro). Considerando que a projeção de um edifício é de 250 m² e o terreno mede 1 000 m², é correto afirmar que
- (A) a edificação pode chegar a 13 pavimentos.
- (B) para o aproveitamento total dos dois índices urbanísticos, a projeção ideal seria de 500 m².
- (C) o imóvel está irregular, pois a taxa de ocupação é inferior à estabelecida pela norma.
- (D) o imóvel está irregular, pois não é possível atingir o máximo coeficiente de aproveitamento.
- (E) a taxa de ocupação é inferior à estabelecida pela norma, portanto é possível a construção de anexos mesmo que se tenha atingido o máximo potencial construtivo no edifício principal.
52. Está correto afirmar que o índice de permeabilidade do solo
- (A) é igual à taxa de ocupação.
- (B) é o inverso da taxa de ocupação.
- (C) quando abaixo do definido não pode ser compensado ou complementado pelo uso de cisterna, pois o princípio que os rege tem objetivos diferentes.
- (D) foi considerado inconstitucional por sua dependência quanto ao tipo de subsolo.
- (E) é calculado considerando toda área do terreno que não é coberta por material impermeabilizante e que não esteja sobre as áreas de subsolo construído como, por exemplo, os estacionamentos.

53. O sistema de áreas verdes de todas as cidades brasileiras tem como função
- (A) atingir o índice recomendado pela ONU de 12 m² por habitante.
 - (B) qualificar os aspectos funcionais, ambientais e estéticos da paisagem urbana brasileira.
 - (C) qualificar as cidades para estarem aptas a receber financiamento do BID – Banco Internacional de Desenvolvimento.
 - (D) qualificar os aspectos ambientais de forma a receber o selo de certificação municipal do IBAMA.
 - (E) qualificar as atividades de lazer e recreação de forma a atender os requisitos mínimos para a implantação do SUS – Sistema Único de Saúde – no município.
54. As Áreas Institucionais, definidas no processo de parcelamento da terra urbana são áreas destinadas
- (A) ao uso de indústrias e empresas públicas.
 - (B) à implantação de vias públicas.
 - (C) à implantação do paço municipal ou de outras instâncias administrativas de instituições públicas ou privadas.
 - (D) à implantação de parques municipais e estaduais.
 - (E) à implantação de equipamentos públicos (escolas, creche, hospital etc.)
55. Assinale a alternativa correta acerca dos Bens Culturais.
- (A) Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àqueles imóveis que não são passíveis de valoração econômica devido ao seu estado inicial de catalogação como bem patrimonial.
 - (B) Os Bens Culturais de Natureza Imaterial podem ser de propriedade privada mediante a assinatura de CGI – Compromisso de Guarda Imaterial.
 - (C) Os Bens Culturais de Natureza Material dizem respeito àqueles que podem ser economicamente valorados e transferidos entre as instâncias federativas mediante compensação em espécie ou equivalências financeiras.
 - (D) Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênica, plástica, musical ou lúdica; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).
 - (E) Os Bens Culturais de Natureza Material Tombados são de propriedade pública. No caso de o bem ser de propriedade privada, no ato do tombamento o Poder Público tem até 5 anos para a sua desapropriação. Nesse período, fica vedada a transferência do imóvel.
56. Está correto afirmar que o tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público
- (A) ou Privado, no nível federal ou municipal, sendo que a instância estadual só pode intervir sobre tombamentos municipais no caso de comprovado abandono.
 - (B) no nível federal ou municipal, sendo que a instância estadual só pode intervir sobre tombamentos no caso de comprovado abandono.
 - (C) no nível estadual ou municipal, sendo que a instância federal só pode intervir sobre tombamentos no caso de comprovado abandono.
 - (D) e Privado, nos níveis federal, estadual ou municipal.
 - (E) no nível federal, estadual ou municipal.
57. Considerando que os itens apresentados nas alternativas foram tombados, é correto afirmar que
- (A) as Dunas de Itaúnas, de Conceição da Barra (ES), constam da lista de bens imateriais.
 - (B) A conformação geográfica “O Frade e a Freira”, de Cachoeiro de Itapemirim(ES), consta da lista de bens imateriais.
 - (C) as residências à Rua José Marcelino, n.º 197 e n.º 203/205, de Vitória (ES), constam na lista de bens móveis.
 - (D) o edifício do “Arquivo Público Estadual”, de Vitória, consta na lista de bens imóveis.
 - (E) o quadro “Convento de São Francisco”, de Álvaro Conde, consta da lista de bens imóveis.
58. A Lei N.º 9.985/2000 estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e define o Plano de Manejo como um documento técnico mediante o qual
- (A) se deve abranger a área da unidade de conservação e sua zona de amortecimento – zona esta definida como sendo 500 metros além de seu limite – incluindo medidas que visem promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.
 - (B) se deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento – zona esta definida no ato ou posteriormente à criação da unidade – e os corredores ecológicos, incluindo medidas que visem promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.
 - (C) se deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento – zona esta definida no ato ou posteriormente à criação da unidade – e os corredores ecológicos, incluindo medidas que visem promover sua integração às comunidades vizinhas, evitando o seu desenvolvimento econômico.
 - (D) se deve limitar à área da unidade de conservação e sua zona de amortecimento, incluindo medidas que visem promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.
 - (E) se deve limitar à área da unidade de conservação, incluindo medidas que visem promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

59. As unidades de conservação devem possuir uma zona de amortecimento, exceto:
- Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural.
 - Área de Relevante Interesse Ecológico e Reserva de Fauna.
 - Floresta Nacional e Área de Relevante Interesse Ecológico.
 - Reserva Extrativista e Área de Proteção Ambiental.
 - Reserva de Fauna e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
60. É correto afirmar que o EIA – Estudo de Impacto Ambiental
- segue as demandas estabelecidas no RIMA – Relatório de Impactos, Medidas e Ações. É vedado desenvolvimento de ambos pelo mesmo agente.
 - é elaborado para sustentação técnica do RIMA – Relatório de Impactos, Medidas e Ações. É vedado desenvolvimento de ambos pelo mesmo agente.
 - é divulgado pelo RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. É vedado desenvolvimento de ambos pelo mesmo agente.
 - e o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental são desenvolvidos pelo mesmo agente e ambos são oferecidos à consulta pública.
 - é divulgado pelo RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. O EIA é instrumento técnico, vedada a consulta a agentes não governamentais.
61. Segundo o Estatuto da Cidade, a lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:
- preservação, quando o imóvel for público e considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural. É vedado o uso desse instrumento quando o imóvel for privado.
 - preservação, quando o imóvel for considerado de interesse econômico e de comprovada geração de renda.
 - servir a programas de regularização fundiária, em áreas ocupadas por população de qualquer faixa de renda.
 - implantação de equipamentos privados de interesse coletivo.
 - implantação de equipamentos urbanos e comunitários.
62. Segundo o Estatuto da Cidade, o EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança –, será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:
- I) uso e ocupação do solo; II) geração de tráfego e demanda por transporte público; III) ventilação e iluminação; IV) paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.
 - I) uso e ocupação do solo; II) geração de tráfego e demanda por transporte público; III) ventilação e iluminação.
 - I) adensamento populacional; II) equipamentos urbanos e comunitários; III) uso e ocupação do solo; IV) valorização imobiliária; V) geração de tráfego e demanda por transporte público; VI) ventilação e iluminação; VII) paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.
 - I) adensamento populacional; II) equipamentos urbanos e comunitários; III) uso e ocupação do solo; IV) valorização imobiliária; V) ventilação e iluminação; VI) paisagem urbana e patrimônio natural e cultural; VII) geração de ruídos.
 - I) adensamento populacional; II) uso e ocupação do solo; III) valorização imobiliária; IV) geração de tráfego e demanda por transporte público; V) ventilação e iluminação; VI) geração de ruídos.
63. Com relação à acessibilidade das rampas, segundo a norma da ABNT (NBR-9050), é correto afirmar que
- em reformas, quando esgotadas as possibilidades de soluções que atendam as especificações, podem ser utilizadas inclinações superiores a 8,33% (1:12) até 16,6% (1:6).
 - em edificações existentes, quando a construção de rampas nas larguras indicadas ou a adaptação da largura das rampas for impraticável, podem ser executadas rampas com largura mínima de 0,90 m com segmentos de, no máximo, 4,00 m, medidos na sua projeção horizontal.
 - a largura das rampas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 0,80 m, sendo o mínimo admissível 0,60 m.
 - quando não houver paredes laterais, as rampas devem incorporar guias de balizamento com altura mínima de 1,50 m, instaladas ou construídas nos limites da largura da rampa e na projeção dos guarda-corpos.
 - para rampas em curva, a inclinação máxima admissível é de 8,33% (1:12) e o raio mínimo, de 1,20 m, medido no perímetro interno à curva.

64. O dimensionamento de escadas, segundo a NBR 9077 (Saídas de Emergência em Edificações) e a NBR 9050/2004 (Norma de Acessibilidade), define que as dimensões dos pisos (p) e espelhos (e) para as escadas fixas devem ser seguidos os seguintes parâmetros:

I. (A); II. (B); III. (C)(D);
IV. a largura mínima admissível para as escadas fixas é de 1,20; V. o primeiro e o último degraus de um lance de escada devem distar pelo menos (E) da área da circulação adjacente.

As lacunas devem ser, correta e respectivamente, completadas por:

- (A) A. $0,28m < p < 0,32m$; B. $0,16m < e < 0,18m$;
C. $0,63m < p + 3e < 0,65m$, D. (Blondell); E. 1,50m
- (B) A. $0,28m < p < 0,32m$; B. $0,16m < e < 0,18m$;
C. $0,63m < p + 2,5e < 0,65m$, D. (Blondell); E. 1,50m
- (C) A. $0,28m < p < 0,32m$; B. $0,16m < e < 0,18m$;
C. $0,63m < p + 2e < 0,65m$, D. (Blondell); E. 0,30m
- (D) A. $0,16m < p < 0,18m$; B. $0,28m < e < 0,32m$;
C. $0,63m < p + 2,5e < 0,65m$, D. (Bordelly); E. 0,30m
- (E) A. $0,16m < p < 0,18m$; B. $0,28m < e < 0,32m$;
C. $0,33m < p + 2e < 0,35m$, D. (Bordelly); E. 0,30m

65. Com relação à licitação e aos contratos, é correto afirmar que não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários: I) o autor do _____; II) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do _____ ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de _____ do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; III) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) projeto básico ou executivo ... projeto básico ou executivo ... 5% (cinco por cento)
- (B) estudo preliminar ... projeto básico ... 5% (cinco por cento)
- (C) projeto básico ou executivo ... projeto básico ou executivo ... 2% (dois por cento)
- (D) projeto executivo ... projeto funcional ... 10% (dez por cento)
- (E) projeto básico ou executivo ... projeto executivo ... 10% (dez por cento)

66. O método de gerenciamento de projeto conhecido pela sigla CPM foi desenvolvido na empresa francesa Du Pont, para a organização da fabricação de produtos químicos, em 1957, e o método PERT foi desenvolvido nos Estados Unidos, em 1958, como uma ferramenta de gerenciamento da construção do foguete Polaris. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) PERT (Patrão Estrutural de Rendimento de Trabalho) é a tradução da sigla de língua inglesa.
- (B) CPM (Controle de Padrão e Monitoramento) é a tradução da sigla de língua inglesa.
- (C) PERT é o método mais apropriado para os casos em que os tempos de execução das atividades conhecidas é de fácil controle.
- (D) PERT é o método mais apropriado para os casos em que os tempos de execução das atividades são pouco conhecidos, envolvendo então probabilidades de execução no período considerado.
- (E) CPM é o método voltado para as programações que envolvem atividades com durações variadas e de difícil definição por dependerem da rede de atividades consideradas e mapeadas.

67. Assinale a alternativa correta, referente aos órgãos e entidades que integram o SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

- (A) Os conselhos, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios assumem a função de agentes operadores do FNHIS.
- (B) Os conselhos, no âmbito dos Estados, Distrito Federal representam os municípios, sendo que a instância municipal é vedada à participação.
- (C) É vedada a participação de fundações, sociedades e sindicatos no SNHIS.
- (D) Os agentes financeiros autorizados pelos conselhos, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios podem atuar no Sistema Financeiro da Habitação – SFH.
- (E) Os agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional podem atuar no Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

68. A Habitação de Mercado Popular – HMP é caracterizada pela

- (A) renda da família.
- (B) produção e consumo de habitações populares, que não estão sujeitas aos mesmos critérios de planejamento e implementação dos programas produzidos pelo poder público.
- (C) proibição, pelo Plano Nacional de Habitação, de instâncias públicas ou privadas estabelecerem mecanismos de financiamento.
- (D) definição da caixa, como sendo o modelo destinado à família com renda igual ou inferior a 6 (seis) salários mínimos.
- (E) definição do plano nacional, como sendo o modelo destinado à família com renda igual ou inferior a 12 (doze) salários mínimos.

69. Segundo os princípios de função social da cidade, a urbanização de favela tem como objetivo:

- (A) implementação e melhoria da infraestrutura urbana, mobilidade e acesso a equipamentos e espaços públicos.
- (B) tratamento das áreas limdeiras da favela, de forma a contaminar as áreas excluídas do mercado com as atividades econômicas transformadoras. Dar condições ao poder público de efetuar a cobrança de impostos.
- (C) transformar a favela em bairro para não desvalorizar as propriedades do entorno próximo.
- (D) reconhecer o direito à cidade à população moradora, por meio da valorização de seus imóveis.
- (E) melhorar as condições ambientais, por meio da diminuição do adensamento populacional e justificar a retirada de parte da população de forma a diminuir a criminalidade local.

70. Está correto afirmar, a respeito da requalificação de cortiços, que

- (A) a promotoria pública impede a requalificação de cortiços pela jurisprudência gerada frente a processos de desvalorização da área central.
- (B) são programas que auxiliam o locatário a regularizar sua situação junto à prefeitura. Entretanto as anistias vêm sendo questionadas pela promotoria pública por decorrência da precariedade das vistorias técnicas realizadas.
- (C) nunca se consolida, por serem imóveis privados que cumprem uma função social e que, portanto, não são objeto da ação pública.
- (D) se justifica por ser uma forma de manutenção da população de baixa renda em área de boa localização na cidade e prover melhores condições de moradia.
- (E) sempre ocorre quando a totalidade dos moradores está de acordo e se cotizam para realizar o empreendimento.

71. Segundo a lei federal, para efeitos da regularização fundiária de assentamentos urbanos, considera-se área urbana consolidada a parcela da área urbana com densidade demográfica superior a _____ habitantes por hectare e malha viária implantada e que tenha, no mínimo, _____ dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados: a) drenagem de águas pluviais urbanas; b) esgotamento sanitário; c) abastecimento de água potável; d) distribuição de energia elétrica; e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

As lacunas podem ser, correta e respectivamente, preenchidas por:

- (A) 50 (cinquenta) ... 2 (dois)
- (B) 150 (cinquenta) ... 2 (dois)
- (C) 50 (cinquenta) ... 3 (três)
- (D) 150 (cinquenta) ... 3 (três)
- (E) 300 (cinquenta) ... 3 (três)

72. Leia o que segue e assinale a alternativa correta.

- (A) Demarcação urbanística consiste em um procedimento jurídico pelo qual o poder público ou privado demarca imóvel de domínio público ou privado.
- (B) Legitimação de posse consiste no ato de o poder público conferir título de reconhecimento de contratos de compra e venda particulares.
- (C) Regularização fundiária de interesse específico ocorre quando é caracterizado o interesse social da área, objeto da ação de regularização, pelo interesse particular do governante ou de empresa pública ou privada.
- (D) a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS é definida como parcela de área urbana ou rural pública instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal.
- (E) São etapas da regularização fundiária: medidas jurídicas, urbanísticas e ambientais que envolvam a integridade ou trechos do assentamento irregular objeto de regularização.

73. Um morro, dentro do perímetro urbano, é ocupado de forma irregular e sem infraestrutura urbana, por meio da autoconstrução das unidades habitacionais. Em um período de chuvas, algumas rachaduras nas edificações começam a aparecer em um setor da área ocupada. Os moradores se organizam e solicitam ao poder local que a área seja incluída no “programa de gerenciamento de riscos ambientais”. Considerando o contexto, assinale a alternativa que aponta a ação foco do programa.

- (A) Estabelecer estratégia de remoção imediata de todos os moradores, independentemente de se ter uma alternativa para recolocar esta população.
- (B) Estabelecer estratégia para a recuperação da fauna e flora original.
- (C) Emitir parecer desfavorável ao IPHAN referente ao tombamento do morro.
- (D) Localizar os graus de riscos dos imóveis e estabelecer estratégias de ações.
- (E) Cadastrar os imóveis em risco para priorizar a regularização fundiária da área.

74. O plano de drenagem de uma cidade deve considerar

- (A) a bacia de drenagem, a topografia e os ventos dominantes, sendo irrelevantes os dados referentes à densidade construída.
- (B) a bacia de drenagem, a topografia e a qualidade da água, sendo irrelevantes os dados referentes à densidade populacional.
- (C) o limite do perímetro urbano, a topografia e o sistema hídrico, sendo irrelevantes os dados climáticos.
- (D) o limite do perímetro urbano, a topografia e o sistema hídrico, sendo irrelevantes os dados referentes à permeabilidade do solo.
- (E) o limite do perímetro urbano, a topografia e o sistema hídrico, sendo irrelevantes os dados referentes à cobrança de IPTU.

75. O conceito de Densidade de Drenagem já é conhecido há mais de 100 anos, sendo definido pela relação entre:

- (A) a soma do comprimento (Km) de todos os cursos d'água em determinada área e sua superfície (Km²).
- (B) a soma do comprimento (Km) de canais instalados em determinada área e sua superfície (Km²).
- (C) a soma do comprimento (Km) de canais projetados em determinada área e sua superfície (Km²).
- (D) a soma do comprimento (Km) da rede de galerias instaladas em determinada área e sua superfície (Km²).
- (E) a soma do comprimento (Km) da rede de galerias projetadas em determinada área e sua superfície (Km²).

76. Leia o que segue e assinale a alternativa correta.

Uma cidade, localizada próxima a um importante rio para a região, possui rede de esgoto implantado em 100% das vias públicas, além das estações de tratamento e elevatórias. Pode-se afirmar que

- (A) o esgoto de toda a cidade é coletado.
- (B) o esgoto de toda a cidade é coletado e tratado.
- (C) o esgoto de toda a cidade é coletado, entretanto seu tratamento irá depender da manutenção e operação das estações de tratamento.
- (D) o esgoto da cidade só será totalmente coletado no caso de todas as edificações se conectarem à rede. Entretanto, quanto ao tratamento, é necessário verificar se a rede está conectada às estações e se a manutenção e dimensionamento das estações são condizentes com o volume coletado.
- (E) o esgoto da cidade só será totalmente coletado no caso de todas as edificações se conectarem à rede. Entretanto, quanto ao tratamento, é necessário verificar se a rede está conectada às estações elevatórias e se estas estão dimensionadas para retardar, de forma suficiente, a chegada dos resíduos na estação de tratamento.

77. O projeto de engenharia de uma OAE – obra-de-arte especial – exige o conhecimento de uma quantidade razoável de dados. Pode-se apontar, como sendo um dado de elemento de campo necessário,

- (A) uma seção longitudinal do terreno inclinada a 45.º do eixo da ponte a ser projetada.
- (B) as características da economia local para que a obra de arte instalada no espaço público seja geradora de renda para a população local.
- (C) as características geotécnicas e geológicas do solo de fundação.
- (D) as condições de educação e ensino da população local com vistas a estudos de durabilidade da obra.
- (E) as condições locais de acesso e os aspectos sociais referentes ao índice Gini.

78. O Institute for International Economics, em meados da década de 1990, estabeleceu os pontos a serem seguidos pelos países interessados no “modelo” de adesão ao capitalismo global.

Assinale a alternativa que indica um desses pontos.

- (A) O redirecionamento das despesas advindas de áreas sensíveis que tipicamente recebem mais recursos do que seu retorno.
- (B) Os *déficits* orçamentários, mensurados para incluir os *déficits* dos governos locais, das empresas estatais e do Banco Central, devem ser grandes o suficiente para poderem ser financiados, podendo-se lançar o recurso de taxas inflacionárias.
- (C) Reforma tributária, controle financeiro, liberalização cambial, controle de mercado.
- (D) O reforço das barreiras, impedindo ou inibindo a entrada de firmas estrangeiras e garantindo a soberania dos estados nacionais.
- (E) Os governos deverão reforçar as regulamentações que impeçam a entrada de novas firmas ou que abusem da competição de mercado.

79. Podem ser considerados como teóricos da “cidade-global”:

- (A) Saskia Sassen e Lewis Mumford.
- (B) Saskia Sassen e Manuel Castells.
- (C) Saskia Sassen e Alberto Lefebvre.
- (D) Lucio Kowarik e Henri Lefebvre.
- (E) David Harvey e Alexandre Rapoport.

80. A distribuição de frequências é um agrupamento de dados em classes, de tal forma que contabilizamos o número de ocorrências em cada classe. O objetivo é apresentar os dados de uma maneira mais concisa e que nos permita extrair informação sobre seu comportamento.

Assinale a alternativa que aponta a definição correta do tipo de “Frequência Relativa”.

- (A) É o número de observações correspondente a cada classe. A frequência absoluta é, geralmente, chamada apenas de frequência.
- (B) É obtida multiplicando-se a frequência relativa por 100%.
- (C) É o quociente entre a frequência absoluta da classe correspondente e a soma das frequências (total observado).
- (D) É o total acumulado (soma) de todas as classes anteriores até a classe atual.
- (E) É igual à frequência acumulada percentual dividida pelo número de frequências medidas.

